

**A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA DISCIPLINA DE
HISTÓRIA, MAUÉS-AM (2023).**

*Débora Cristina Martins Rolim¹
Maria de Jesus do Carmo Araújo²*

RESUMO: O trabalho tem por objetivo destacar os relatos de experiências desenvolvidas durante o estágio supervisionado na escola municipal Salum de Almeida e na escola estadual Maria da Graça Nogueira mediante uma pesquisa relacionada a prática pedagógica de uma professora formada e não formada em História, pois a formação acadêmica influencia muito trazendo mais preparação e segurança para os professores traçarem metas e objetivos na execução das aulas. A pesquisa contou com alguns teóricos para o embasamento desse estudo Selma Garrido Pimenta e Gilberto Cotrim e algumas fontes como: Lei nº11.645 de 10 de março de 2008 e a Constituição Federal de 1988 entre outros. As experiências executadas, envolveram situações de aprendizagem, tendo como campo de pesquisa as escolas citadas acima. Essa pesquisa foi desenvolvida através de relato de experiência o qual ocorreu nas duas instituições através de observações na execução do ensino de história com a finalidade de entender o processamento das aulas de História na sala de aula. Foi fundamental fazer análises de leituras sobre a importância da formação do professor na área de história. Portanto, o estágio contribuiu para o desenvolvimento dessa pesquisa que traz como objeto a importância da formação dos professores na disciplina de História.

Palavras-chave: Formação dos professores. História. Formação continuada. Maués-AM

1. Introdução

Essa pesquisa trata-se de um relato de experiência o qual prioriza compreender a formação dos professores na disciplina de História, na escola Salum de Almeida e na escola estadual professora Maria da Graça Nogueira, onde temos como finalidade entender sobre a importância da formação dos professores na área de História, comparar as aulas de História dos professores formados e não formados na área, citar a relevância da formação continuada dos professores na área de História. No entanto, foi observado durante os estágios I na escola municipal Salum de Almeida e no estágio II na escola estadual professora Maria da Graça Nogueira onde o ensino era desenvolvido por uma docente formada em História e outra não formada na área, tanto no ensino médio, quanto no ensino fundamental. Diante da observação exigida pelo curso, foi importante realizar uma pesquisa através de análise documental

¹ **Débora Cristina Martins Rolim**, graduanda do Curso de Licenciatura em História NESMAU, e-mail: debora.martins.rolim@gmail.com

² **Orientadora: Maria de Jesus do Carmo Araújo**, Mestra em História pela Universidade do Estado do Amazonas - UFAM. Professora Assistente Curso de Licenciatura em História do núcleo de Ensino Superior de Maués-NESMAU, e-mail: 2020profa.hist@gmail.com

produzida no estágio, também foi necessário a leitura sobre legislação referente ao tema com a finalidade de fazer uma reflexão sobre a formação do docente o qual aborda sobre a valorização e formação continuada, pois quando se tem uma graduação na área específica há mais contribuição de forma satisfatória dentro do ensino aprendizagem.

Vale ressaltar que esse trabalho, contribuirá para os atuais e futuros professores, passando a entender que se faz necessário uma formação na área de História para melhor atuar no campo educacional com mais segurança e conhecimento. O tema é de grande relevância, uma vez que o relato de experiência nesse contexto permite uma reflexão profunda sobre as práticas pedagógicas, as metodologias adotadas e os desafios enfrentados pelos educadores.

Neste sentido, é fundamental considerar como as experiências vivenciadas pelos professores ao longo de sua formação onde influenciam sua atuação em sala de aula. Desde a formação inicial, que abrange aspectos teóricos e práticos até a formação continuada, que busca atualizar e aprofundar conhecimentos. No entanto, cada etapa contribui para a construção de um profissional mais consciente e preparado para lidar com as demandas do ensino de História.

Além disso, o relato de experiência pode proporcionar conhecimento valiosos sobre o impacto das abordagens didáticas utilizadas, a importância da formação do professor e a necessidade de uma educação que promova a diversidade e o respeito e às diferentes narrativas históricas.

2. História da formação do professor no Brasil e no Município de Maués.

No início a educação passou por vários processos de adaptações que avançaram com o passar do tempo. A História da formação dos professores neste país, está conectada a outros processos históricos, iniciamos com a contribuição dos jesuítas exercendo o papel de educadores, pois somente eles que transmitiam os conteúdos que escolhiam para ensinarem aos indígenas. Diante disso, comenta o autor a seguir COTRIM afirma:

Junto com Tomé de Sousa, que governou de 1549 a 1553 vieram 6 Jesuítas chefiado pelo Padre Português Manoel da Nobrega, com a missão de catequizar os Índio. Os jesuítas faziam parte de um mundo regulado pelas normas e pelos costumes da sociedade católicas europeias e não compreendiam os múltiplos elementos das culturas indígenas. Para transmitir-lhes os valores da cultura europeia e cristianismo, os Jesuítas elaboraram um projeto de reunir as populações indígenas em aldeias (1955, p. 203).

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Entendemos que os ensinamentos, era uma forma que os Jesuítas utilizavam para organizar o trabalho missionário no Brasil, pois os mesmos ensinavam primeiro a catequização aos nativos. Eles vieram da Europa com objetivo de aplicar esses conhecimentos, mas não levavam em consideração a cultura desses povos e nesse processo os inacionos reuniam os indígenas em aldeias para ensinarem os conteúdos que escolhiam.

Diante disso, a preocupação de formar professores para secundário, apareceu no século XIX o que corresponde hoje, aos atuais anos finais do ensino fundamental e o ensino médio em curso regulares e específicos. Dessa forma, fez necessário a criação da universidade para formação desse profissional docente, pois até então o número de escolas secundárias, nessa época era bem pequeno. A industrialização no país trouxe a necessidade de maior escolarização.

A partir do decreto 1.190 de abril de 1939³ deu-se organização definitiva da faculdade nacional de filosofia e da Universidade do Brasil e dos cursos de formação dos docentes para as escolas secundárias. Os primeiros professores se formavam para diversas disciplinas de currículos das escolas secundárias, o segundo formavam educadores para exercer a docência nas escolas normais. Diante disso, afirma a Lei 1.190 de abril de 1939 do art. 1º.

Art. 1º. A faculdade nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, passa denomina-se faculdade nacional de Filosofia. Serão as seguintes finalidades: b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal.

Compreendemos que as graduações de filosofia, ciências e letras eram consideradas apenas de conhecimentos científicos, pois a faculdade nacional de filosofia fixaria um padrão único de ensino superior para todo o país, ou seja isso era uma maneira de qualificar os professores do ensino secundário e normal, isso é uma forma de especialização para o magistério, pois esses docentes precisavam ser capacitados.

A Lei nº 5.692/71⁴ previu a formação dos professores para as 4 últimas séries do ensino do 1º grau e para o ensino 2º grau em curso de licenciatura curta (3 anos de duração) ou plena (4 anos de duração). Para curso de pedagogia, além de capacitação dos docentes para habilitação específica de magistério, recebeu atribuição de formar os especialistas em

³ BRASIL, Decreto - Lei nº1.190, de 4 de abril de 1939, art.1ºdas finalidades da faculdade de filosofia. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br> acesso em: 06 /11/2024.

⁴ BRASIL, LDB -Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971. Diário oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 16 julho de 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

educação, diversificados em diretores de escola, orientadores educacionais, supervisores escolares e inspetores de ensino. Mediante isso, a LDB: Lei 5.692/71 afirma que:

A lei nº 5.692/71 modificou a estrutura de ensino do país no qual o curso 1º grau e antigo ginásio se tornaram um só curso do 1º grau. Foi uma lei promulgado no contexto da ditadura militar e que trouxe permanência e mudança nas concepções de educação que vinham se desenhando no período.

Mediante essa lei modificou os ensinos primários e ensino médio, introduzindo assim a denominação de 1º e 2º grau, desaparecendo as escolas normais, sendo instituída habilitação específica do 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau. “Organizou a habilitação do magistério em duas modalidades básicas: uma com duração de 3 anos que habilitaria a lecionar até a 4ª série e outra com duração de 4 anos habilitando ao magistério até 6ª série do 1º grau”. (PARECER nº 349/72. Brasil Mec)⁵. Diante disso, o currículo para se trabalhar com os alunos foi se tornando cada vez mais organizado, onde o magistério foi sendo mais valorizado dentro do ensino.

Refletindo sobre os estudos sociais, contextualiza as matérias de História e Geografia retratando a política educacional reformulada a qual modificaram os conteúdos curriculares e a educação de maneira geral no período, trata-se de uma efetivação das disciplinas, são mudanças que ocorre a longos dos anos o qual determina que os professores precisam ser formados nessa área, fechando assim as portas para os graduados em História, pois esse período era marcado por intensa transformações sociais e políticas no Brasil. A capacitação em estudos sociais visava preparar os educadores para abordar as questões contemporânea e assim também preparar a formação da cidadania. Nesse prisma enfatiza os PCNs⁶.

No plano da educação elementar a tendencia era substituir História e Geografia por estudos Sociais. Essa proposta renova o enfoque da disciplina que perdia o caráter do projeto nacionalista cívico e moralizante, marcando a penetração da visão norte-americana nos currículos Brasileiros (2000).

Diante dos argumentos, dentro dos PCNs a História deve levar em consideração o pensamento crítico dos alunos, respeitando a ideia de cada sujeito, considerando assim a necessidade da aquisição de conceitos relacionados as ciências humanas. Dessa forma a formação na área aqui estudada ajuda no processo de ensino aprendizagem da aula.

⁵ BRASIL/MEC/CFE. Parecer nº 349/72. Documenta, nº 137, p.155173, abr. 1972. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 16 jul. 2010.

⁶ Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia/Secretaria de Educação Fundamental. – 2. Ed – Rio de Janeiro: DP&A,2000.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Foi importante fazer uma análise do PPP no ano de 2023, na escola municipal Salum de Almeida e na escola estadual prof. Maria da Graça Nogueira com objetivo de analisar a qualificação dos educadores na área de História. Porém o quadro administrativo em relação a formação dos professores, dizia que na escola Salum de Almeida 5 educadores eram formados em História, enquanto na escola estadual prof. Maria da Graça Nogueira somente 1 era formado na área.

Dando continuidade em relação a especialização dos docentes é importante mencionar que não havia muitos professores com a formação na área o fato é que, outros mestres formados em outras matérias assumiam as salas de aula para trabalharem com a disciplina de História.

A muito tempo os professores aplicavam o ensino tradicional onde os conhecimentos dos alunos não eram alinhados com a disciplina, pois somente os educadores estavam no centro, o aluno era deixado de fora desse processo de ensino aprendizagem, ou seja, os mesmos absorviam as informações sem muita participação ativa. Além disso, os ensinamentos eram focados na repetição, memorização dos assuntos de forma teórica.

Na realidade quando se quer uma educação de qualidade, existe muitos meios para se chegar a um objetivo esperado. Então a formação deve ser levada em conta o nível curricular, para que o professor esteja mais preparado em relação aos conteúdos e assim estando mais seguros em transmitir os ensinamentos curriculares com mais segurança com intuito de obter aprendizado dentro do ensino. A preparação acadêmica distribuída em área específica é uma forma de centrar os conteúdos a serem ensinados, uma proposta curricular científica e diferenciada. Desde já esse padrão foi se alargando e ganhando espaço, afim de preparar os docentes com domínio dos conhecimentos na área que atuam.

Que hoje é torna-se professor de História do Brasil só pode ser compreendido isso é recurso a nossa identidade profissional específica por meio da história do que foi ser ou torna-se professor (História), inclusive do País ao longo do tempo. Pode-se pensar o presente da profissão não somente como resultado do que aconteceu no passado e promoveu mudança já absorvidas, mas também como permanência de ideias e perspectivas já parcialmente superadas (CERRI, 2013, p. 2).

Hoje ainda se enfrenta dentro do município de Maués, desvio de área de conhecimento, pois muitos docentes não são formados em História e assim mesmo ministram suas aulas com dificuldade, essa é uma das realidades referente as escolas Municipais. No entanto, a formação é importante pois prepara o professor para ensinar os conteúdos com mais

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

segurança e é uma forma de preparar o aluno como sujeito Histórico, pois a formação faz parte de uma identidade profissional.

Desse modo, compreendemos que a formação do professor, seja ela inicial ou continuada, é fundamental para o bom exercício da profissão, são saberes históricos, teóricos e práticos que fomentam a atuação destes profissionais. De forma concomitante a esta formação, está a construção e a definição da sua identidade profissional, mas como construir essa identidade (PIMENTA, 1996, p. 34).

É importante salientar, que devido a muitas lutas a respeito da qualificação acadêmica do professor, hoje muitos mestres já estão capacitados em áreas de conhecimentos de acordo com o currículo escolar, afinal muitos educadores já conquistaram uma formação continuada na área específica de sua grade curricular o qual atua dentro do ensino. Então já houve um grande avanço dentro da educação, onde essa realidade tem alcançado um grande progresso mediante ao ensino escolar, pois isso só vem contribuindo com o aprendizado dos alunos, principalmente na área de História o qual já presenciamos muitos professores com conhecimentos históricos trabalhando dentro da sala de aula.

Quanto as escolas do estado do Amazonas, estão mais organizadas, pois se antes era ocupado o cargo de professores em área específicas, por educadores com pedagogia e normal superior, hoje está de forma diferenciada o qual só leciona em área específica os que são formados na área, isso é um grande avanço dentro da educação.

A continuação dos estudos se faz necessária na vida do professor, é uma forma de prepará-lo de acordo com área que atua, essa capacitação faz parte de uma identidade profissional e repassa segurança e autonomia dentro de um trabalho pedagógico. Além disso a formação continuada é um processo de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos que tem como objetivo a melhoria da prática profissional e a qualificação que contribui de forma significativa para o desenvolvimento do conhecimento profissional do professor é facilitar as capacidades reflexivas sobre a própria prática docente.

Consideramos que compreender as contribuições da formação continuada do professor para uma atuação docente comprometido com uma educação que possibilite o ensino de história, consciente e ativo voltado para uma prática da cidadania (SILVA, 2023, p. 15).

Entendemos que a especialização, principalmente na área de História permite atualização constante nos conhecimentos e métodos de ensino onde o professor passa a ter uma visão crítica e assim tornando o espaço escolar de forma inclusiva respeitando a diversidade cultural de cada aluno.

2.1 O Ensino de História em Discussão Pós LDB 9394/96.

Vale ressaltar que a lei nº9394/96⁷ lei de diretrizes e base da educação nacional (LDB), foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo é de garantir o direito a toda a população de ter acesso a educação gratuita e de qualidade, estabelecer o dever da união do Estado e do Município com educação pública. Em relação a formação dos professores, segundo a (LDB 9394/96), expressa nos artigos 62 e 63:

Art. 62 – a formação de docente para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura, de graduação plena, em Universidades institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas 4 primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. Art. 63 – Os Institutos Superiores de Educação, manterão: I – Cursos formadores de profissionais para educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado a formação de docentes para educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II – Programas de Formação Pedagógicas para portadores de diplomas de Educação Superior que queiram se dedicar a educação Básica; III – Programas de Educação Continuada para Profissionais de Educação dos diversos níveis.

A preocupação em garantir maior articulação das diferentes modalidades formativas, ficou explícita nessas legislações, indicando novo momento nas perspectivas sobre a formação de professores tanto na estrutura curricular como na articulação formativa dos currículos e ainda na preocupação com a qualificação dos professores dentro da educação.

A LDB 9394/96 significou transformações no estudo de História que debruçam em torno dos entendimentos e apontamentos das mudanças pelas quais a disciplina de História vem sofrendo desde do século XIX.

Em relação ao ensino de História teve várias reformas, mas quanto a LDB, diz que é obrigatório sobre a História e a cultura afro-brasileira, pois muito tempo foi esquecida. É preciso ser trabalhado dentro do currículo a cultura afro-brasileira, isso é referente ao ensino fundamental e médio, com intuito de construir o conhecimento Histórico dos indivíduos presente na escola.

“Art. 26 - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privado torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro brasileira indígena. Inciso 1º O conteúdo programático em que se refere este

⁷ BRASIL, Ministério da Educação. LDB - Lei nº 9.394/96. Art. 62 e 63, incisos I, II e III. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo de história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil (LEI nº.11.645, de 10 de março de 2.008)⁸.

Mesmo que a lei traga algumas exigências, muitos professores já trabalham dentro do ensino a história da África e dos indígenas pois esses assuntos são de suma importância para formar alunos críticos e preparados para atuarem na sociedade. No entanto, esses conteúdos só eram trabalhados em História do Brasil, pois hoje vemos esses conteúdos como temas transversais. Entretanto esses conhecimentos contribuíram para execução do plano de ação, sobre a consciência negra, podendo repassar a cultura dos afro descendentes para dentro do cotidiano escolar

Caracteriza-se as relações educador-educandos da atualidade como fundamentalmente narradoras e demasiadamente teóricas, das quais o professor tido como professora do saber, transmite aos alunos informações prontas e acabadas. Sem integrá-los no processo de informação do conhecimento ou do espaço para questionamentos. Este tipo de educação esvazia os alunos de subjetividade, reflexão e criticidade (FREIRE, 2006, p. 61).

Quanto a LDB, trata – se das mudanças que acontece dentro do ensino de História, pois os objetivos devem estar voltados para diferentes culturas e etnias, afinal todos detém conhecimentos dentro das salas multiculturais. É fundamental, dentro do espaço escolar trabalhar conhecimentos que envolvam diversas tradições, com intuito de preparar sujeitos agente e de sua transformação de seu mundo.

A LDB, refere-se as mudanças que acontece mediante ao ensino, uma delas é a valorização e o amparo do professor o qual é uma forma de garantir retorno no processo de aprendizagem, ou seja, essa lei veio pra obter direito a toda população de ter acesso a educação.

É inegável admitir também que a nova LDB 9394/96 trouxe avanços importantes para área educacional permitindo acesso de uma maior parcela da população na educação básica e levantando polêmicas da ressignificação do papel dos professores no século XX (VALENTE, 2011, p. 3).

Vale ressaltar que a LDB faz uma reflexão sobre a formação de profissionais da educação, essa realidade vem se constituindo cada vez mais, uma tarefa urgente principalmente pelo entendimento de que a formação de professores para o trabalho

⁸ BRASIL – Presidência da República – Lei nº 11.645. de 10 de Mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06/11/2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

pedagógico é de vital importância para o desenvolvimento do ensino aprendido, pois observa-se que isso já vem se concretizando, onde muitos educadores já são graduados. A maioria desses docentes tem nível superior, mas não em uma área específica.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional diz que o ensino de História deve formar cidadão crítico, pois é fundamental trabalhar dentro do espaço escolar diferentes culturais, etnias que forma povo brasileiros além de segurar a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, trata-se de uma transformação da sociedade em que o aluno possa ser agente de sua transformação de seu mundo.

Hoje os temas transversais ganharam espaço dentro da proposta do MEC, com isso a História local do aluno vem sendo valorizada e assim todos podem conhecer a realidade de cada aluno, pois as turmas são multiculturais, pois é preciso ser expandido esses conhecimentos para dentro da sociedade.

Entre esses diversos princípios, a presente pesquisa atende principalmente ao currículo como espaço de cultura na medida em que valoriza o sentido cultural da aprendizagem em que o professor não se limita a prover os alunos de conhecimentos, mas se torna os parceiros de fazeres culturais, capaz de promover de muitas formas o desejo de aprender sobre tudo com o exemplo em seu próprio entusiasmo quando se trata de cultura (DAMASCENO, 2008, p. 5).

A muito tempo atrás, os conteúdos que eram transmitidos aos alunos estavam direcionados as narrativas referente aos europeus, os livros só enfatizavam a história dos brancos, pois os verdadeiros heróis eram excluídos desse processo, isto é, os alunos tinham que decorar a data do descobrimento do Brasil, quem descobriu o Brasil e outros, os docentes tinham que acompanhar o sistema, os mesmos não preparavam os alunos como sujeitos históricos.

Muitos autores não chamam a crise do sistema de ensino de transformação, que está mudando os papéis dos professores e alunos. Ambos estão vivendo essas transformações que coloca os conceitos da escola tradicional, onde os alunos são meros consumidores de materiais e valorizando a concepção reprodutiva da educação que leva o aluno a uma mecanização dos dados informações (DAMASCENO, 2008, p. 1).

Hoje em dia, dentro do ensino de História é necessário preparar o aluno para ser um sujeito histórico, pois dentro desse ensino é importante a interação entre professor e aluno, com intuito de que ambas as partes se tornem sujeitos críticos. É necessário também levar em consideração o conhecimento prévio que o aluno traz consigo.

Entende-se que aula de história possibilita a construção do saber histórico através da relação interativa entre educador e educando, transformando essa prática em ato político, no sentido de transformação consciente do fazer histórico. Porém, não se pode deixar de salientar a importância do professor ser também um pesquisador e produtor do conhecimento, não sendo apenas um mero executor de saberes já produzidos (CASTILHO, 2020, p. 5).

É importante frisar, que o aluno não aprendia dentro da disciplina de História os conhecimentos sobre os indígenas e africanos, mas sim tinha que decorar datas que eram cobradas, pois nesse tempo os conteúdos eram voltados para questões patrióticas. Além do mais, os docentes não eram capacitados pra ensinar História e sim estudos sociais, pois tudo isso levava ao ensino de transmissão de conhecimentos por parte do professor. No entanto, acompanhei esse tipo de metodologia dentro do estágio supervisionado, pois é fundamental que o docente inove suas práticas pedagógicas na aula de História com a finalidade de tornar alunos críticos dentro da sociedade.

Na educação básica, visando superar a utilização de metodologias tradicionais, ultrapassadas, por metodologias diversificadas que estejam atreladas aos atuais contextos presente na sociedade. No ensino superior, em geral curso de licenciatura em pedagogia e história, haja vista que o termino da conclusão do curso, o acadêmico estará capacitado para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental. Dessa maneira considerasse fundamental que o futuro docente conheça metodologia de ensino que privilegie o melhor desenvolvimento e processo de ensino aprendizagem (RODRIGUES, 2018, p. 11).

Entendemos que a educação básica, proporciona uma formação integral ao aluno preparando-o tanto para vida em sociedade, buscando desenvolver conhecimentos, valores e competências que capacite o estudante atuar de forma crítica. Porém, quando se termina o curso de História e pedagogia o acadêmico estará preparado para atuar como professor nos anos iniciais do ensino fundamental através de metodologias inovadoras que contribua para o ensino aprendido dos educandos.

2.2 Práticas docente dos professores na escola municipal Salum de Almeida e a escola prof. Maria da Graça Nogueira.

Durante o estágio I e II, fiz uma observação na escola Salum de Almeida e na escola professora Maria da Graça Nogueira, onde analisei a formação das professoras, haja vista que a docente que trabalhava na escola do município era formada em normal superior e executava as aulas de História, enquanto a outra era formada em Licenciatura em História e sempre

atuava na área. Essa observação estava direcionada ao ensino de História, mediante as práticas docentes de uma professora formada e não formada na área. No entanto dentro do ensino escolar a teoria foi essencial pra compreender a realidade, pois essa compreensão se deu mediante a prática em sala de aula. Essa realidade faz parte de uma ligação de conhecimentos que serve como desenvolvimento do aprendizado dos alunos.

Como professores, necessitamos tanto do conhecimento que adquirimos em razão do exercício da prática docente como das diversas teorias pedagógica que dão suporte ao nosso trabalho. Torna-se pungente nessa articulação o diálogo entre a teoria e a prática, respaldando e orientando o ofício do educador (CHAMAT, 2004, p. 49).

Podemos dizer que essa relação é fundamental para que haja um progresso dentro da aprendizagem dos educandos. No entanto, é preciso levar em consideração a teoria e prática e assim adquirir um ensino bem desenvolvido diante do aprendizado de cada aluno.

Em relação ao desenvolvimento do ensino aplicado pelas professoras, percebia-se que a docente formada em História tinha mais domínio em relação aos conteúdos, enquanto a outra formada em outra área fazia mais leituras do livro. No entanto, as docentes utilizavam livros para aprofundar seus conhecimentos e para repassar os conteúdos aos alunos. É através desse instrumento que a professora do ensino médio elaborava o simulado para os alunos e o estudo para a realização das provas do ENEM e outros. Porém, o ensino tradicional era desenvolvido na sala de aula pela professora do ensino fundamental e do médio em relação aos apontamentos de textos com assuntos de História o qual se tornava uma aula cansativa.

Durante o estágio, observei que os alunos eram acostumados a fazer a leitura dos livros, onde os mesmos não conseguiam transmitir suas ideias. Porém o ensino deve ser aberto para que o aluno exponha seus conhecimentos, pois não é só o professor que detém saberes. No entanto quando a troca de conhecimentos a mais entendimento de um determinado assunto que está sendo estudado dentro da sala de aula e dessa forma o aluno se torna seguro e crítico e conhecedor da realidade o qual faz parte.

O professor ganha eficácia e efetividade se ela é refletida em forma de didática de ampliação do nível cultural e científico dos alunos se contribui para assegurar o rendimento escolar altamente satisfatório e se pela mediação docente é capaz de ajudar o aluno a ter pensamento autônomo, coragem de duvidar e interrogar a realidade e a capacidade de dar resposta criativa a problemas práticos. Sem isso é inútil uma pedagogia crítica ou uma didática crítica (LYOTARD, 1988, p. 58).

É importante mencionar que através da participação do aluno, o mesmo ganha autonomia e protagonismo o qual passa a contribuir com suas opiniões, desenvolvendo assim responsabilidade sobre o próprio conhecimento onde possa expressar suas ideias, além de questionar e refletir sobre o conteúdo estudado.

Foi importante durante o estágio, executar algumas regências na sala de aula com assuntos de história com objetivo de levar para o âmbito escolar aulas dinamizadas. Por isso, faz-se necessário que o docente procure ensinar sobre o lugar que o discente está inserido para poder entender a matéria como um todo, fazendo com que o aluno participe dentro do ensino aprendizagem, levando o educando a ser crítico e participativo nesse processo de aquisição, pois a participação do aluno dentro do ensino traz autonomia e segurança para o próprio sujeito o qual participa desse processo e assim adquirindo um aprendizado satisfatório para si próprio.

Portanto, todas essas atividades desenvolvidas no estágio tanto de observação, quanto de execução da prática foi de suma importância para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no percorrer do estágio.

3. Considerações finais

Na conclusão deste relato de experiência, a pesquisa reflete sobre a prática pedagógica em História, comparando atuação de professoras formadas e não formadas na área. Observa-se a relevância da formação acadêmica específica o qual proporciona maior segurança e domínio dos conteúdos, resultando em aulas mais eficazes e engajadoras.

O estágio na escola municipal Salum de Almeida e na escola estadual Prof. Maria da Graça Nogueira, foi crucial para compreensão da teoria e a prática, destacando a relevância das leis educacionais para a formação continuada o qual trouxe possíveis reflexões de como aplicar uma aula bem executada através de novas estratégias, passando entender a importância de formar sujeitos históricos e críticos mediante a realidade onde atua.

Portanto, a formação continuada prepara o professor para lidar com diferentes realidades, níveis de aprendizados e faixas etárias é através da graduação que o professor passa a compreender que se faz necessário metodologias inovadoras para se aplicar dentro do ensino aprendizagem.

4. Referências

CERRI, Luis Fernando. **A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA NO BRASIL: Antecedentes e Panorama Atual.** Histórias. Revista do Programa de Pós graduação de História. Brasília, Volume I, n. 2, 2013.

BRASIL. **LDB -Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971.** Diário oficial da União, Brasília, 12 ago. 1971. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 16 julho de 2010.

_____/MEC/CFE. **Parecer nº 349/72.** Documenta, nº 137, p.155173, abr. 1972. Disponível em: www.soleis.adv.br. Acesso em: 16 jul. 2010.

_____. Constituição Federal de 1988.

CHAMAT. Leila Sara Jose. **Técnica de diagnóstico psicopedagógico: o diagnostico clinico na abordagem internacionalista.** São Paulo: Vetor: 2004.

COTRIM, Gilberto, 1955 história global – **Brasil e geral – volume único** – Gilberto Cotrim – 8. ed. – São Paulo: Saraiva. 2005.

DAMASCENO, Geovane dos Santos. **O ensino da História no Ensino Médio.**

_____, Geovane dos Santos. **O ensino da História no Ensino Médio.**

LEI Nº. 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2.008. **Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.**

LEI nº9394/96 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

LEI Nº.9394/96 da LDB – Art. 62 e 63. Incisos I, II e III.

LYOTARD. Jean. François. **O pós moderno Rio de Janeiro. 1988.**

Parâmetros curriculares nacionais: **história e geografia/Secretaria de Educação Fundamental.** – 2. ed. – Rio de Janeiro; DP&A, 2000.

PIMENTA, Garrido. Selma. **Didática em formação dos professores: percursos e respectivas no Brasil e em Portugal / Selma Garrido Pimenta (org) – 4 edição** São Paulo. Cortez. 2006.

RODRIGUES, Adriana Aparecida. **Metodologia do Ensino de História na Educação Básica: embates e desafios. 2018. 55. Monografia** (especialização e educação: Métodos e técnicas de ensino. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

SILVA, Jailton, José. **Curriculum de Pernambuco, BNCC e avaliação escolar: formação de professores em contexto de mudanças no ensino médio. 32º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional democracia e direitos humanos: desafios para uma história profissional.** São Luiz MA – 2023.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

TEIXEIRA, L. H. O². **Abordagem tradicional de ensino e suas repercussões sob a percepção de um aluno.** Revista educação em foco – Edição nº10 – ano: 2018.

VALENTE, Úrsula, et. al. **A trajetória da formação de professores** e a LDB 9394/96: perspectivas e consequências e sociais e psicológicas. III congresso internacional de investigación. 2011.

Recebido em: 14/11/2024

Aprovado em: 22/11/2024